



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -**

ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO

Às 14 horas e 30 minutos do dia 25 de novembro de 2025, iniciou a 58ª Sessão Ordinária de Coordenação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, com a presença dos Membros Titulares a Subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Coordenadora, o Subprocurador-geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios e o Subprocurador-geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina; Secretariados pela Secretaria-Executiva, Kátia Leda Oliveira de Lima, pela Assessora-chefe de Coordenação, Daniele Oliveira, pelo Assessor-chefe de Administração, Antônio Alberto Rodrigues Pestana Junior, pela Assessora-chefe de Revisão, Cristiane Almeida de Freitas. **Deliberaram, nessa sessão, os seguintes assuntos:**

1. Temas para conhecimento e deliberação do colegiado:

1.1. Aprovação do Calendário das Sessões da 4CCR para o 1º Semestre de 2026:

CALENDÁRIO PARA O 1º SEMESTRE DE 2026

DATA	SESSÕES DO COLEGIADO 2024/2º	DATA FINAL PARA ANÁLISE E ASSINATURA DOS VOTOS	DIVULGAÇÃO DA PAUTA AOS MEMBROS
10/2/2026 (3ª feira) às 14h30	668ª Revisão / Coordenação	5/2/2026 (5ª feira)	6/2/2026 (6ª feira)
3/3/2026 (3ª feira) - eletrônica	669ª Revisão - eletrônica	26/2/2026 (5ª feira)	27/2/2026 (6ª feira)
17/3/2026 (3ª feira) às 14h30	670ª Revisão / Coordenação	12/3/2026 (5ª feira)	13/3/2026 (6ª feira)
7/4/2026 (3ª feira) - eletrônica	671ª Revisão - eletrônica	30/3/2026 (2ª feira)	31/3/2026 (3ª feira)
28/4/2026 (3ª feira) às 14h30	672ª Revisão / Coordenação	23/4/2026 (5ª feira)	24/4/2026 (6ª feira)
12/5/2026 (3ª feira) - eletrônica	673ª Revisão - eletrônica	7/5/2026 (5ª feira)	8/5/2026 (6ª feira)
26/5/2026 (3ª feira) às 14h30	674ª Revisão / Coordenação	21/5/2026 (5ª feira)	22/5/2026 (6ª feira)
16/6/2026 (3ª feira) - eletrônica	675ª Revisão - eletrônica	11/6/2026 (5ª feira)	12/6/2026 (6ª feira)
30/6/2026 (3ª feira) às 14h30	676ª Revisão / Coordenação	25/6/2026 (5ª feira)	26/6/2026 (6ª feira)

Deliberação: o colegiado, à unanimidade, aprovou a sugestão de calendário das sessões para 2026, com possibilidade de alterações das datas, caso necessário.

1.2. Calendário de eventos previstos para 2026:

03/03/2026	Projeto GT Emergências Climáticas “Adaptação Local em Foco: Construindo um Futuro Sustentável”. Local: Recife - PE
Março 2026	Encontro sobre agrotóxicos - Brasília
25/03/2026	Projeto GT Emergências Climáticas “Adaptação Local em Foco: Construindo um Futuro Sustentável”. Local: São Paulo - SP
08/04/2026 até 10/04/2026	Encontro Nacional da 4ª CCR. Local: Brasília - DF
Abril/2026	Projeto GT Emergências Climáticas “Adaptação Local em Foco: Construindo um Futuro Sustentável”. Local: Florianópolis - SC
14/05/2026 e 15/05/2026	Encontro do Bioma Caatinga Local: João Pessoa - PB
Maio/2026	Projeto GT Emergências Climáticas “Adaptação Local em Foco: Construindo um Futuro Sustentável”. Local: Porto Alegre - RS

1.3. [OFÍCIO-CIRCULAR Nº 88/2025/GABPGJ](#), encaminhado pelo Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande Sul, convidando para participar da Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas – GNMAC e do Seminário de Mudanças Climáticas, que ocorrerão respectivamente nos dias 27 e 28 de novembro.

Deliberação: o colegiado, à unanimidade, aprovou a indicação da Procuradora da República Flávia Rigo Nóbrega para representar a 4CCR em ambos os eventos.

2. Comunicados:

2.1. A Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou, no dia 16/10/2025, a [Resolução ANM nº 220/2025](#), que atualiza as regras aplicáveis às barragens de mineração em todo o território nacional. O texto final do normativo incorpora as sugestões discutidas e elaboradas ([Ofício n.º 842/2025-4ªCCR](#) -

[PGR-00222247/2025](#)) no seminário “Mineração e Regulamentação: em busca da Proteção Socioambiental” promovido pelos Ministérios Públicos Federal (MPF) e do Trabalho (MPT) em junho de 2025, com o objetivo de garantir maior segurança para os trabalhadores da atividade minerária e manter em nível alto as exigências necessárias para a execução de projetos de mineração no Brasil.

Notícia “Resolução da ANM sobre segurança de barragens incorpora sugestões apresentadas pelo MPF e pelo MPT” disponível em:
<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/resolucao-da-anm-sobre-seguranca-de-barragens-incorpora-sugestoes-apresentadas-pelo-mpf-e-pelo-mpt>

Notícia “MPF reúne especialistas para discutir aprimoramento de normas do setor mineral” disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-reune-especialistas-para-discutir-aprimoramento-de-normas-do-setor-minerario>

2.2. Encaminhado o **Ofício n.º 1341/2025-4^aCCR** ([PGR-00401855/2025](#)) contendo a Nota Técnica nº 11/2024, que subsidiou o Parecer Preliminar de Plenário, apresentado pelo Relator, Deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE), pela aprovação da MSC nº 209/2023 - Acordo de Escazú, pela não implicação orçamentária e financeira do Projeto de Decreto Legislativo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, por sua aprovação. ([PGR-00429953/2025](#))

2.3. Encaminhado do formulário de correição da 4^aCCR e realização da reunião de correição das Câmaras, PFDC e NAOPs, ocorrida em 19/11/2025 ([MEMORANDO CIRCULAR 2/2025 - PGR-00431825/2025](#)).

2.4. O Procurador da República Lauro Coelho Júnior encaminhou o **Ofício n.º 10829/2025/PRMG/GAB/LCJ** ([PR-MG-00116709/2025](#)) à 4^a Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando a divulgação do ajuizamento de Ação Civil Pública, que visa reparar os danos e cessar os prejuízos ambientais causados ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas e ao Bioma Cerrado como um todo, resultantes dos efeitos cumulativos causados pelas outorgas de água e autorizações de supressão de vegetação nativa em seu entorno. A divulgação foi feita pela Secom como uma ação da 4CCR no ensejo da COP 30.

Notícia disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-pede-que-orgaos-ambientais-criem-plano-para-freiar-crise-hídrica-e-devastação-no-entorno-do-parque-nacional-gr>

[ande-sertao-veredas-mg.](#)

2.5. Ofício n.º 1443/2025-4ªCCR ([PGR-00451218/2025](#)) encaminhado ao Coordenador da 5ª CCR/MPF, Alexandre Camanho de Assis, contendo sugestões de alterações e aprimoramento da Orientação Conjunta n.º 1/2018 que trata sobre colaboração premiada.

2.6. A Procuradora Regional da República Analúcia de Andrade Hartmann encaminhou o **Ofício n.º 1430/2025- 4ª CCR** informando sobre o Projeto do GT Emergências Climáticas denominado “Adaptação Local em Foco: Construindo um Futuro Sustentável”. O projeto visa promover seminários regionalizados para debater os efeitos das mudanças climáticas, estabelecer perspectivas científicas e obter ações concretas das autoridades locais na mitigação e elaboração de planos de adaptação estaduais e municipais, com os primeiros eventos programados para os meses de março, abril e maio, conforme calendário apresentado no item 1.2 da pauta. ([PGR-00440425/2025](#))

2.7. Publicação da [Portaria PGR/MPF nº 764](#), de 18 de novembro de 2025, que promoveu alteração pontual na atribuição dos ofícios especiais JEF/CL, a partir de provocação da 4CCR, excluindo a atribuição dos ofícios especiais JEF/CL para atuar em mandados de segurança em matéria ambiental e relativa ao patrimônio cultural que versem sobre multas administrativas. A ressalva normativa que previa a atribuição dos ofícios especiais JEF/CL nas “impetrações contra multas administrativas” em matéria ambiental e relativa ao patrimônio cultural foi revogada (art. 6º, § 1º, inc. I, “a”, parte final, da Portaria PGR/MPF nº 268/2023), nos termos solicitados pelo OFÍCIO 1194/2025 ASSCOR/4A.CAM - [PGR-00348345/2025](#).

3. Informes sobre reuniões ocorridas:

06/10- Reunião entre a 4ªCCR, SPPEA e Procuradores que atuam em Ofícios Especiais da Justiça Federal (JEF) e MPEDUC. O objetivo central foi debater pontos envolvendo o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA) da Usina Hidrelétrica (UHE) Volta Grande, localizada na divisa entre Minas Gerais e São Paulo. Foi analisada a situação atual da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório, que se encontra extremamente degradada, com uma intervenção antrópica estimada em aproximadamente 27% de sua área. Os participantes expressaram preocupação com a redução da área da APP, causada pela aplicação do Artigo 62 do Código Florestal e por ocupações irregulares. Eles planejaram uma abordagem estratégica coordenada para reverter o cenário, incluindo a solicitação de apoio pericial e a organização de uma reunião com a concessionária Enel para negociar a fixação de uma área mínima e significativa para a APP. Os participantes concordaram com a necessidade de uma ação jurídica e técnica unificada para proteger o meio ambiente, buscando replicar a estratégia para outras hidrelétricas da região.

Ata da reunião: [PGR-00386072/2025](#)

09/10 - Reunião entre a 4^aCCR, o IBAMA e o ICMbio para tratar da mortalidade de tartarugas marinhas na região de Piaçabuçu, Alagoas. O objetivo central foi debater pontos envolvendo as estratégias de proteção às tartarugas marinhas na área geográfica da foz do Rio São Francisco, abrangendo os estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. A pauta versou sobre a elevada taxa de mortalidade dessa espécie, imputada precipuamente à atividade da pesca camaroeira na região. Para mitigar o problema, o MPF, o IBAMA e o ICMBio propuseram três estratégias principais: a unificação do período de defeso para proteger o pico reprodutivo da espécie, a obrigatoriedade de utilização do Dispositivo de Exclusão de Tartarugas (TED) para todas as embarcações de pesca, e a ampliação da área de exclusão de pesca ao longo da costa. O MPF e seus parceiros se comprometeram a intensificar a fiscalização, a realizar testes para a implantação do dispositivo TED e a trabalhar na alteração das normativas para a implementação das medidas de proteção.

Ata da reunião: [PGR-00391291/2025](#)

14/10 - Reunião entre a 4^aCCR e a Consultoria Justiça Global para tratar da atuação do MPF com relação às possibilidades de diálogo com instituições da sociedade civil brasileira e com instituições estatais sobre as respostas institucionais e as medidas adotadas em situações de desastres ambientais em território brasileiro. A reunião focou na troca de experiências e na análise de estratégias de reparação de danos, citando casos notórios como os rompimentos de barragens em Mariana e Brumadinho, as inundações no Rio Grande do Sul e o caso Braskem em Maceió. As discussões examinaram medidas de apoio à população afetada, a importância da justiça transicional e as complexidades da intervenção jurídica nas esferas cível e criminal. Por fim, foi registrado o avanço do debate para incluir as perspectivas de reconstrução da Ucrânia pós-conflito e definiu o compartilhamento do *know-how* brasileiro como encaminhamento.

Ata da reunião: [PGR-00398516/2025](#)

16/10 - Reunião entre a 4^aCCR, representantes do MPF e representantes do Tribunal de Contas da União - TCU. O objetivo da reunião foi debater pontos envolvendo os desafios do licenciamento ambiental de hidrovias, com ênfase nas Hidrovias Paraguai-Paraná e Araguaia-Tocantins, abrangendo aspectos ambientais, sociais e de infraestrutura, por ocasião da Auditoria Operacional em andamento no TCU, destinada a avaliar a política pública de desenvolvimento do setor hidroviário, no âmbito do processo TC 011.152/2025-7. Foi constatada a fragmentação do licenciamento, a ausência de consulta a comunidades tradicionais e indígenas e a desconsideração de impactos cumulativos e sinérgicos. Os participantes enfatizaram a necessidade de se adotar modelos de avaliação multidimensionais e considerar os riscos à biodiversidade, especialmente no Pantanal. Ao final, foram definidos encaminhamentos para o

compartilhamento de estudos e a criação de um possível fórum permanente de discussão.

Ata da reunião: [PGR-00402991/2025](#)

20/10 e 21/10 - Realização do evento "MPF na COP30" em Belém - PA, uma iniciativa conjunta das Câmaras de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR), Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6CCR) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), em parceria com a Procuradoria da República no Pará com objetivo de ser um fórum de diálogo focado nos desafios jurídicos e sociais da agenda socioambiental que o Brasil levará à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

O evento teve como resultado a divulgação da [Declaração de Belém](#), um documento que estabelece princípios e compromissos para orientar a atuação institucional do MPF frente às emergências climáticas, reforçando o compromisso do MPF com a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e dos direitos territoriais e culturais de povos e comunidades tradicionais, buscando a justiça climática e social. O documento final também enfatiza a urgência da adoção de mecanismos de litigância climática baseada nos ideais dos direitos humanos e da natureza.

Notícia “MPF na COP30: desafios jurídicos e sociais da agenda ambiental são foco de debates no primeiro dia de evento em Belém” disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-na-cop30-desafios-juridicos-e-sociais-da-agenda-ambiental-sao-foco-de-debates-no-primeiro-dia-de-evento-em-belem-1>

Notícia “MPF na COP 30: críticas à ‘colonialidade verde’ marcam tarde de debates” disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-na-cop30-criticas-a-2018colonialidade-verde2019-marcam-tarde-de-debates>

Notícia sobre a Declaração de Belém disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-finaliza-evento-pre-cop30-com-declaracao-de-belem-sobre-diretrizes-para-atuacao-diante-da-crise-climatica>

22/10 - A Coordenadora da 4ª CCR participou do Fórum de Procuradores-Gerais para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), promovido pelo Ministério Público Federal (MPF) em Belém - PA. O evento reuniu chefes dos Ministérios Públicos de 15 países com o objetivo de coordenar estratégias globais de combate a crimes ambientais e de promoção da justiça climática.

Notícia sobre o evento disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/pgr-destaca-necessidade-de-respostas-urgentes-coordenadas-e-eficazes-para-crise-climaticas>

23/10 - A Coordenadora da 4^a CCR participou da mesa de abertura da terceira edição do “Diálogos Boi na Linha”, um evento promovido pelo Instituto Imaflora com apoio do Ministério Público Federal (MPF), que reuniu membros do MPF, representantes do setor produtivo, financeiro, indústria e sociedade civil, em Brasília, para promover o diálogo e articulação sobre os desafios e oportunidades das cadeias de carne bovina e soja no Brasil, defendendo pilares como transparência, rastreabilidade e legalidade socioambiental.

Notícia sobre o evento disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-participa-de-dialogo-sobre-legalidad-e-e-responsabilidad-socioambiental-nas-cadeias-de-carne-e-soja>

24/10 - Reunião entre a 4^aCCR e representante da Climate and Land Use Alliance (CLUA). O objetivo central da reunião foi debater pontos envolvendo a atuação do Ministério Público no Brasil em relação à mineração ilegal, a fim de obter uma visão panorâmica e atualizada das perspectivas nacionais frente ao assunto. A coordenadora da 4^a CCR, Luiza Frischeisen, destacou que o MPF atua nas esferas criminal e civil, combatendo o garimpo ilegal, especialmente na região amazônica, em terras indígenas e áreas protegidas. Foi ressaltado o combate ao uso de mercúrio e a importância de ações governamentais como a revogação do decreto de presunção de boa fé e o desfinanciamento de máquinas de mineração ilegal. A reunião também enfatizou a necessidade de preservar terras indígenas e desenvolver formas de gerar renda para essas comunidades localmente e de forma sustentável, concluindo com o acordo de que a 4^a CCR enviará materiais sobre o combate ao mercúrio e mineração ilegal ao ecólogo representante da CLUA.

Ata da reunião: [PGR-00416134/2025](#)

28/10 - Reunião da Coordenadora da 4^a CCR, Luiza Frischeisen, e representantes da SCI e SECOM para tratar das estratégias de participação do Ministério Público Federal (MPF) na COP 30, com foco na logística e comunicação do stand do MPF, painéis temáticos e cobertura da imprensa. Foram definidos os preparativos para o stand, incluindo a organização de materiais promocionais com QR codes (ventarolas, bloquinhos e cartões), a criação de uma playlist de vídeos da SECOM e a necessidade de traduções em espanhol. As informações sobre o evento ficarão centralizadas na servidora Paula Neves/SECOM, o Dr. Daniel ficou encarregado de organizar a escala de presença no stand e verificar a contratação de fotógrafo, enquanto a SECOM ficou responsável por finalizar a programação, entrar em contato com parceiros (CCA e MPT) e preparar a equipe para a redação de releases em Belém, assegurando a integração de todos os esforços de comunicação.

27/10/2025 - A Coordenadora da 4^a CCR, Luiza Frischeisen, participou do lançamento do livro “Inteligência e ações estratégicas: o Ministério Público Federal diante das mudanças climáticas”. No lançamento, a Coordenadora da 4^a CCR destacou que a

obra expressa uma visão estratégica e interdisciplinar sobre o papel do MPF no enfrentamento da emergência climática.

Notícia do evento:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/atuacao-estrategica-diante-das-mudanca-s-climaticas-e-tema-de-livro-lancado-em-cerimonia-na-pgr>

10/11/2025 e 11/11/2025 - Realização do evento "MPF na Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural " em Salvador - BA. O evento fortaleceu a atuação institucional ao promover a gestão do conhecimento e incentivar o diálogo entre órgãos públicos, academia e sociedade civil sobre a proteção e valorização dos bens culturais brasileiros. Foram apresentadas boas práticas institucionais do MPF na área, com destaque para experiências de destinação de recursos de ações civis públicas ao restauro de bens tombados e o uso de instrumentos inovadores, como o inventário participativo do patrimônio imaterial. Destacou-se também questões relacionadas ao processo de gentrificação e possíveis soluções para esse cenário.

Notícia sobre o evento disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-realiza-encontro-nacional-sobre-defe-sa-do-patrimonio-historico-e-cultural-em-salvador>

13/11/2025 - Reunião da Coordenadora da 4^a CCR com representantes da Advocacia Geral da União (AGU) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cujo foco foram as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) relacionadas a agrotóxicos, como a ADI 5553 e outras subsequentes (ADIs 7755, 7701, 7794, 7801 e 7811), e a necessidade de uma estratégia governamental coordenada sobre o tema. Os participantes abordaram a importância de alinhar as posições do MPF e da AGU sobre o tema, e discutiram questões de fiscalização e competência tripartite entre ANVISA, IBAMA e MAPA. Os encaminhamentos definidos incluíram o levantamento de ofícios sobre ADIs de agrotóxicos e o agendamento de reuniões com a Ministra do MMA para tratar desses processos.

Ata da reunião: [PGR-00446793/2025](#)

17/11/2025 - Reunião sobre execução da ACP sobre a ocupação ilegal de áreas localizadas na orla do Lago Paranoá.

Ata da reunião: [PGR-00454899/2025](#)

19/11/2025 - Reunião de correição ordinária nas Câmaras de Coordenação e Revisão e na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e seus Núcleos Operacionais. A reunião ocorreu na sede da PGR, oportunidade em que foram apresentados os resultados correicionais consolidados referentes ao presente exercício.

4. Agenda – reuniões e eventos previstos:

27/11/2025 - 14h00 às 17:00	Apresentação do Sistema MPFMed. Local: Espaço Multiuso Geraldo Brindeiro.
09/12/2025	667ª Sessão de Revisão - virtual
12/12/2025 - 12h00	Confraternização da 4ª CCR. Local: Restaurante Camarada Camarão - Shopping ID - Setor Comercial Norte - Quadra 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Asa Norte, Brasília - DF.

Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e segue assinada pelos membros participantes.

(assinado e datado digitalmente)

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN
Subprocuradora-geral da República

(assinado e datado digitalmente)

AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS
Subprocurador-geral da República

(assinado e datado digitalmente)

PAULO VASCONCELOS JACOBINA
Subprocurador-geral da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00461112/2025 ATA**

.....
Signatário(a): **LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

Data e Hora: **26/11/2025 23:23:07**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PAULO VASCONCELOS JACOBINA**

Data e Hora: **27/11/2025 16:45:44**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS**

Data e Hora: **02/12/2025 08:50:17**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 435e1940.c4b2e727.614a0787.6329de95